

Instrumentos de Política Econômica e sua Aplicação

Sílvia H. G. de Miranda
LES-ESALQ

Abril/2017

Bibliografia

- ROSSETTI, J. P. Política e Programação Econômica (7a. Ed.) São Paulo: Atlas, 1991. Cap. 4, 5 e 6
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. 2004
- KON, A. Subsídios teóricos e metodológicos ao planejamento econômico público. NPP-EAESP/FGV. Relatório de Pesquisa n.12, 1997. 153p. Disponível em: www.eaesp.fgvsp.br/AppData/GVPesquisa/P00172_1.pdf.

COMPLEMENTAR:

- FILELLINI, A.. Economia do Setor Público. São Paulo: Editora Atlas, 1994. 202p. (Capítulos 5,6,13,14,16 e 17)
- GASTALDI, J. P. Elementos de Economia Política. Editora Saraiva. São Paulo. 17^A. Ed. 2001.Cap. 28.
- MATOS, P.O. Análise dos Planos de Desenvolvimento Elaborados no Brasil após o II PND. Outubro/2002. Dissertação. ESALQ/USP. 184p.
- PEREIRA, L.C.BRESSER. Economia Brasileira. Uma Introdução Crítica. 2^a. Ed. Editora Brasiliense. 1982. Cap. 23
- Rezende, F. Finanças Públicas. São Paulo: Atlas, 2001. 382p.

Roteiro

I – Introdução

II – Eficácia dos instrumentos de P.E.

III - Instrumentos de Políticas Econômicas

1 - Políticas fiscais

2 - Políticas públicas monetárias

3 - Políticas públicas cambiais

4 - Políticas de intervenção direta

O QUE SÃO OS INSTRUMENTOS DE POLITICA?

Quantitativos *x* Qualitativos?

Instrumentos da política econômica e do planejamento

- **Instrumentos de política econômica:** elementos disponíveis aos formuladores de P.E. para agir sobre a realidade, condicionando-a aos objetivos de curto ou de longo prazo estabelecidos
- **Instrumentos:** em si mesmos, não se constituem em quaisquer fins econômicos, sociais ou políticos!

Natureza dos instrumentos

- 1) **Quantitativos**: relacionados a mudanças nas magnitudes das variáveis nos planos fiscal, monetário e cambial.
 - Não interferem no sistema de valores da sociedade;
 - Apenas modificam magnitudes de variáveis econômicas e relações entre fluxos de produção, de apropriação de renda, de dispêndio e acumulação.

- 1) **Qualitativos**: quando envolvem intervenções diretas do Estado, provocando mudanças na própria organização econômica, social ou jurídica, podendo intervir no próprio quadro de valores fundamentais da sociedade (liberdade, formas de acesso à oportunidade de mobilidade social, direito de propriedade).
 - Exemplo: reformas de base e alterações do sistema institucional – ex: Agências Reguladoras, Conselhos Regionais

Quais as categorias de instrumentos de política econômica?

Categorias básicas dos instrumentos de P.E.

- **Fiscais**: fluxos de receita e despesa do setor público
- **Monetários**: oferta de moeda e taxa de juros
- **Cambiais**: fixação dos valores entre a moeda corrente do país e as demais divisas conversíveis; controle de operações financeiras relacionadas às transações externas
- **Intervenção direta**: diversas formas de intervenção do Estado sobre atividades de produção, apropriação de rendas, de consumo, acumulação, preços dos bens e sobre as condições de concorrência entre agentes econômicos

O que você entende por eficácia
dos instrumentos de política
econômica?

Eficácia dos instrumentos

- Um instrumento – para diversas finalidades
 - Objetivos conflitantes podem ser atingidos pelos mesmos instrumentos.
 - Efeitos primários e efeitos colaterais
- Divergem as reações aos instrumentos e o grau de eficácia para o objetivo final
 - Novas situações, reações e até imprevistos
- Construção de modelos analíticos de simulação: busca antecipar efeitos dos instrumentos sobre variáveis econômicas relevantes

Elementos para avaliação da eficácia provável dos instrumentos da P.E

- i. Amplitude das defasagens de implementação e de efeito
- ii. Grau de suficiência
- iii. Expectativas quanto à precisão e à extensão dos efeitos colaterais
- iv. Condições exógenas para utilização e manejo

i. Defasagens

- A defasagem de implementação resulta do conjunto de exigências legais, formais, administrativas e técnicas implícitas no uso de certo instrumento.
 - Rapidez é essencial quando o objetivo é de curto prazo e conjuntural (estabilização de preços)
 - **Instrumentos fiscais**: exigem mais prazo (princípio da anualidade; licitações para investimentos) do que monetários e cambiais
 - Ex: *open market* – defasagem mínima
- Defasagem de efeito: tempo que normalmente leva entre efetivo emprego e seus efeitos.
 - Ex: **Bolsas de estudo** – implantação imediata mas efeitos sobre níveis de renda demoram

ii. Suficiência

- **Trata-se da força do instrumento em relação ao objetivo pretendido**
- Raros instrumentos têm plena suficiência
- **Regra geral:** adoção concomitante ou seqüencial de diversos instrumentos para alcançar um fim.
- Há nível ótimo de ênfase e rigor na aplicação de instrumentos de P.E. – sujeito a “rendimentos decrescentes!”
 - *Ex: controles diretos, subsídios e redescontos seletivos apresentam rendimentos decrescentes, quanto maior sua generalização*

iii. Precisão

- **Alguns instrumentos têm alta precisão**
 - **Exemplo:** impostos proibitivos sobre importações de alguns setores são preferíveis à desvalorização cambial;
- **Regra geral:** Instrumentos seletivos são preferíveis aos de ação generalizada, quando os objetivos são específicos

iv. Condições Exógenas

- Condições exógenas: internas e externas
 - Nem sempre a reação é favorável às políticas adotadas
 - Ex: retaliação internacional; greves de trabalhadores
- O uso de qualquer instrumento, em geral, implica:
 - Constrangimentos
 - Condicionamentos
 - Controles
 - Expansão do poder governamental
 - Cursos que contrariam interesses de grupos institucionais

O instrumento ideal teria:

- Defasagem de implementação e de efeito reduzida;
- Elevado grau de suficiência
- Elevada precisão e
- Contra-pressões exógenas (praticamente) nulas.

Arte da política econômica: escolha de uma linha de instrumentos próximos das características acima, definindo objetivos ajustados às condições estruturais e à situação conjuntural, sem conflitos com interesses legítimos de grupos de influência e conciliados com diretrizes da política pública superior!

INSTRUMENTOS FISCAIS

1) Despesa do governo

- a) Consumo
- b) Investimentos
- c) Subsídios às unidades de produção
- d) Transferências às unidades familiares

2) Receitas do governos

- a) Tributos indiretos
 - i. Sobre vendas de mercadorias
 - ii. Sobre produção de bens
 - iii. Sobre prestação de serviços
 - iv. Sobre operações financeiras
- b) Tributos diretos
 - i. Sobre a renda de P.J.
 - ii. Sobre renda de P.F.
 - iii. Sobre patrimônio
 - iv. Sobre transmissão de propriedade
 - v. Sobre ganhos de capital
 - vi. Sobre ganhos de trabalho, destinados à previdência social

Uso dos instrumentos fiscais é possível para atingir objetivos de:

- crescimento econômico?
- melhorar distribuição de renda e de riqueza?
 - redução da pobreza?
 - estabilidade de empregos?
 - estabilidade de preços?
 - estabilidade de B.P.?

1 – Despesas do governo

a) Consumo

- Fluxos de pagamentos do pessoal civil e militar, gastos com aquisição de materiais não permanentes e contratação de serviços de terceiros – manutenção dos sistemas legislativo e judiciário e de órgãos de administração pública, e de defesa e segurança pública, educação, saneamento etc.
- **Uso de despesas do governo com objetivo de:**
 - I. Promover crescimento econômico
 - II. Estabilidade de emprego, de balanço de pagamentos, de preços

Despesas e objetivos de políticas econômicas

- **É alta a parcela dos gastos públicos em países que utilizam estas despesas para reduzir desemprego.**
 - Para atender objetivos de expansão de emprego e de repartição
 - Rezende (1980): pode compatibilizar objetivos de **crescimento econômico e geração de emprego (I)**, além de:
 - Controle de migrações (urbanas ou rurais), distribuição de renda e qualidade de vida.
 - Além de conter migrações nas pequenas e médias cidades, pode ter efeitos positivos sobre zonas de repulsão!

- Usando gastos de consumo para atender a objetivos de **estabilidade (II)**:
 - Quanto à manutenção dos níveis de emprego (governo pode antecipar ou ampliar gastos de custeio)
 - Quanto às transações externas: influência temporária do consumo do governo para equilibrar possíveis déficits
 - Quanto à estabilidade de preços: redução dos gastos reais do governo com pessoal ou cortes em compras de bens e serviços.
 - Há governos que usam sua capacidade de compras em defesa e segurança pública como meio de ativação ou desativação de atividades produtivas, em consonância com a P.E. em vigor.

Exemplo: EUA

b) Investimentos governamentais

- **Relacionados a objetivos de longo prazo ou estruturais e, circunstancialmente, a objetivos de curto prazo ou conjunturais.**
- **Despesas de capital:**
 - Investimento em obras públicas (estudos, construções, aquisição de equipamentos permanentes)
 - Inversões financeiras com aquisição de imóveis
 - Participação do governo na constituição ou aumento de capital de empresas
- **Empregados com objetivos de:**
 - **Promoção do crescimento econômico (I)**
 - **Estabilidade (II)**

- **Na promoção de crescimento econômico (I):** i) melhoria ou expansão da disponibilidade estrutural de recursos; ii) adequação de infra-estrutura de apoio.
- **Justificativas da inversão via investimento direto do governo ao invés de inversões pelo setor privado?**
 - Capacidade insuficiente do setor privado mobilizar recursos para projetos de grande vulto em setores com efeitos multiplicadores elevados sobre economia ou elevado conteúdo de geração ou de poupança de divisas
 - Longo prazo de maturação dos investimentos infra-estrutura
 - Baixa rentabilidade privada de certos empreendimentos (em geral, aqueles com elevados benefícios sociais)

Em economias em fase de crescimento econômico acelerado – esta participação nos investimentos pode ser grande

- Investimentos do governo como instrumento coadjuvante na **estabilização (II)**:
 - Programas de investimento de governo podem ser antecipados ou acelerados para manter níveis de emprego quando for prioridade;
 - Ou o adiamento de despesas de capital pode conter pressões inflacionárias (quando originadas da demanda) ou para reduzir desequilíbrios nas transações externas.
 - **Dificuldade**: falta de flexibilidade para alterar programas de gastos em obras públicas

c) Subsídios e transferências

- Pagamentos a unidades de produção, públicas ou privadas, visando cobrir déficits operacionais resultantes da decisão política de que os preços de seus bens ou serviços devem ser inferiores à soma dos custos de sua produção.
- Benefício de preço reduzido para compradores dos bens e serviços!
- **Utilizados com finalidade de:**
 - Promover crescimento econômico
 - Reduzir desigualdade de renda/riqueza e regional
 - Reduzir pobreza
 - Estabilidade

c₁) Subsídios

- **Para objetivos de crescimento:** estímulo para setores da produção econômica, cujo desempenho contribua significativamente para elevar produto nacional e nível global de emprego.
 - *Ex: subsídio para insumos relevantes na estrutura produtiva nacional (energéticos ou fertilizantes para produção agrícola); investimentos em capital fixo (rural ou urbano-industrial)*
- **Para objetivos de distribuição e redução de desníveis regionais:** privilégio de atividades de regiões mais carentes.
 - *Ex: rebaixamento de preços de bens finais das áreas subsidiadas para estimular seu escoamento; rebaixamento de custos dos insumos*

- **Para estabilização:**
 - Equilíbrio das transações externas: rebaixamento de preços de produtos exportáveis (em caso de déficits nas transações correntes)
 - Risco de retaliação, pode ser caracterizado como dumping; créditos-prêmio de impostos para exportadores (tipo especial de subsídio).
 - Estabilidade de preços: usado para rebaixar preços em casos de bens de consumo relevantes para camadas mais pobres
- **Para melhor repartição da renda pessoal:**
 - Subsídios muito usados apesar de efeitos potenciais inflacionários, via expansão da base monetária. Busca de acesso a certos bens pelas camadas mais desfavorecidas da sociedade. Melhoria via indireta na estrutura de distribuição da renda; *Exemplo: subsídio para consumo de trigo.*
 - **Melhor usar transferências neste caso pois os subsídios têm efeitos sobre todas camadas sociais; é uma forma indireta de atingir o objetivo!**

c2) Transferências

- Pagamentos unilaterais feitos pelo governo, que não exigem contrapartida específica, em bens ou serviços, pelos beneficiados.
 - Exemplo: benefícios pagos pela previdência social (*aposentadorias, pensões, salário-família*); ajuda a flagelados e instituições de utilidade pública sem fins lucrativos
- **Para objetivos de melhor distribuição:** mais recomendáveis do que subsídios – atingem diretamente população carente.
 - **Fome Zero**
- **Para objetivos de crescimento:** apenas em casos especiais. Resultados apenas a LP. Exemplo: *subvenção à instrução, educação e cultura, saúde. (Ciência sem Fronteira)*

- **Para objetivos de estabilização:** instrumento de estabilização automática da economia em conjunturas de crescimento do desemprego.
 - Ocorre em economias com **seguro-desemprego** institucionalizado! É um estabilizador automático de emprego, já que mantém certo fluxo de pagamentos aos desempregados.
 - Reduz o impacto do multiplicador do desemprego
 - Ajuda a manter dispêndios pessoais de consumo dos desempregados, que é uma medida com efeito anticíclico, contribuindo para manter níveis da demanda agregada durante a recessão!

2 – RECEITAS DO GOVERNO

a) Tributos indiretos

- Além da função de financiamento das despesas públicas, as receitas podem ser instrumentos, *per si*, para alcançar objetivos da P.E.
 - **Tipos:** sobre vendas de bens e serviços (com base no valor adicionado ou com base nos valores de transação em cada estágio de prod/comerc.; sobre vendas de bens de consumo; sobre vendas de produtos especiais (fumo, bebidas, combustíveis); sobre importação ou exportação.
- **Tributos indiretos – Vantagens sobre os diretos:**
 - Facilidade de cobrança
 - Menor pressão sobre governo e menor descontentamento público do que os tributos diretos

Quanto aos objetivos a serem atingidos

- a) **Crescimento**: proteção à indústria nascente (tarifas de importação ou isenções);
- Uso limitado hoje pelos acordos internacionais e pelo risco de retaliação
 - Uso generalizado nas economias em industrialização.
- b) **Repartição**: diferenciação de alíquotas conforme essencialidade dos bens e serviços e sua participação nos orçamentos das diferentes camadas sociais;
- Embora regressivos em relação aos níveis de renda, pode haver compensação pela diferenciação de alíquotas ou pela isenção sobre produtos populares.
 - Critérios de seletividade: para uso como instrumento de distribuição.
 - Emprego do tributo indireto também para estimular atividades em regiões carentes, via isenções para indústrias instaladas ou via imposição de barreiras aduaneiras para proteger produtos domésticos originados dessas regiões. *Exemplo indústria automobilística na Bahia*

- c) **Quanto à promoção de estabilidade:** uso amplo
- **estabilidade de preços:** expansão da carga tributária indireta pode reduzir níveis reais de consumo agregado e pressão inflacionária de demanda;
 - Para promover **estabilidade de empregos e produção:** suspensão temporária ou redução de alíquotas de tributos para encorajar dispêndio
 - Aplicação seletiva e regional – quando for o caso
 - **Equilíbrio externo:** para conter déficits em transações correntes – para elevar preços das importações (tarifas), e para incentivar exportações (via restituição ou redução de tributos correntemente incidentes). *Ex: Lei Kandir*

b) Tributos diretos

- Categoria de receita tributária do governo que atinge:
 - **as rendas de P.F. e P.J.:** incidência sobre fatores de produção (trabalho, capital e capacidade empresarial): *Imposto de Renda, contribuições previdenciárias*
 - **as propriedades:** *Imposto predial e territorial e impostos sobre transmissão*; menor parte da receita tributária
- **Estruturas tributárias onde predominam impostos diretos sobre rendas:**
 - Maior pressão dos contribuintes sobre governo;
 - exige alto grau de conscientização e controle pelo contribuinte;
 - Exige um sistema de administração fiscal governamental mais aperfeiçoado

- Como instrumento de P.E.: prestam-se melhor aos objetivos de **distribuição de renda e riqueza!**
 - Se variar progressivamente com a renda pessoal:
 - Pode ser instrumento de equidade fiscal
 - Pode reduzir índice de concentração da renda disponível
 - E beneficiar classes mais baixas pela aplicação das receitas na prestação de serviços gratuitos
- **Problemas:**
 - Evasão fiscal das classes de maior renda; e
 - Rendimentos do trabalho tendem a ser mais penalizados em relação a outras fontes.

- **Quanto aos objetivos de crescimento**: uso da tributação direta causa **conflito** e a adequação da poupança ao processo de acumulação
 - Progressividade maior pode reduzir poupança global, e concorre com a promoção do crescimento econômico.
 - Para solucionar: o governo pode vincular o montante de impostos a recolher à proporção da renda destinada a investimentos produtivos.
- Ainda sobre objetivos de **crescimento** – vinculados a imposto direto sobre renda de P.J., ganhos de capital e patrimônio:
 - **I.R. sobre P.J. e sobre ganhos de capital**: podem afetar processos de acumulação, de crescimento e geração de empregos, pois reduzem a capacidade de reinversão de lucros e desestimulam a participação de capitais de risco na estrutura de capital das empresas.
 - **Tributos diretos sobre patrimônio**: tendência em ampliar seu uso como instrumento para promover crescimento e gerar empregos.
 - Tributos mais pesados sobre propriedades rurais improdutivas

- **Sobre objetivos de estabilidade:** uso amplo!
 - Como **estabilizadores automáticos** – sendo progressivo sobre a renda, montantes arrecadados podem conter a demanda nas fases cíclicas de expansão; e o contrário, na recessão!
 - **Efeitos automáticos dependem de:** simultaneidade entre recebimento da renda e pagamento do imposto – defasagem reduz efeito estabilizador.
 - Sistema de recolhimento na fonte reduz este problema!
 - Princípio da anualidade dificulta superar esta restrição

Sobre **equilíbrio das transações externas**: a tributação sobre renda de P.J.:

- a) imposição sobre remessas de lucros tem efeitos sobre objetivos de equilíbrio no B.P. e manutenção de reservas cambiais (efeito sobre ingresso de capital de risco);
- b) possibilidade de reduzir alíquota ou conceder isenções para lucros originários de receitas cambiais com exportação de bens/serviços.
 - **OBSERVAÇÃO**: Há maiores pressões das negociações internacionais sobre tributos indiretos

Quais são os instrumentos de política monetária?

INSTRUMENTOS MONETÁRIOS

- 1) **Taxas de reserva:** exigidas sobre depósitos a vista no sistema bancário
- 2) **Operações de redesconto**
 - a. Redesconto de liquidez
 - b. Redesconto seletivo
- 3) **Operações de mercado aberto (*open market*)**
- 4) **Controle e seleção do crédito e dos juros**

Sobre os instrumentos monetários...

- Influenciam a **oferta de moeda** e a **taxa de juros**
- *Mantém vinculações mais estreitas com objetivos conjunturais (de CP) do que os instrumentos tributários!*
 - Política de crédito e operações bancárias – tem papel importante sobre os ciclos econômicos
 - Se inflação for considerada um fenômeno essencialmente monetário: instrumentos de moeda e crédito são diretamente vinculados à sua própria ocorrência e às políticas visando estabilidade do nível geral de preços!

1) Taxas de reserva

- **Reserva** = É a proporção dos depósitos bancários, que por razões técnicas ou imposições legais, não está sendo destinada a operações de empréstimo.
- A maior parte desta proporção é de recolhimentos compulsórios (lei ou ato administrativo) – **essa taxa é usada como instrumento para regular oferta monetária**
- Há diferentes sistemáticas de cálculo das reservas voluntárias: varia de país para país
 - **Sistema de cálculo e forma de recolhimento**

Comentários específicos sobre cálculo e forma de recolhimento das reservas

- Há diferenciadas sistemáticas de cálculo e de esterilização das parcelas recolhidas, variando de país para país
 - Prevaecem sistemas de cálculo sobre valor médio dos depósitos de uma quinzena, mês ou outro período de tempo curto.
 - Forma de recolhimento: manter os valores em espécie depositados nos bancos centrais ou manter nos próprios bancos comerciais à ordem das autoridades monetárias, ou até mesmo aplicar fórmulas mistas (parte do recolhimento pode estar vinculada a certas operações bancárias)

Efeitos sobre oferta monetária

- Quando aumenta parcela recolhimentos compulsórios sobre depósitos bancários: caem meios de pagamento e há contração das operações de crédito e vice-versa;
- Efeitos sobre a massa de recursos liberada é significativo: **Assim é um instrumento interessante de política econômica visando à estabilização**

Como instrumento de política econômica para distribuição:

- a) taxas compulsórias de reservas diferenciadas regionalmente podem ser usadas em benefício de regiões carentes;
- b) Liberação de parcelas dos recolhimentos compulsórios, vinculando-as a programas de interesse social.
 - Nos casos de políticas para **distribuição ou crescimento** – autoridades monetárias induzem bancos a manterem certas linhas de crédito a juros favorecidos (em geral), as quais de outra forma não estariam disponíveis.

Como instrumento de política econômica para crescimento:

Reservas usadas para direcionar crédito de LP, via liberação para aplicação em projetos prioritários, selecionados a nível setorial.

2) Operações de Redesconto

- Como instrumento monetário: consistem na concessão de assistência financeira de liquidez ao sistema bancário – ação indireta sobre oferta monetária
- Controle indireto da oferta monetária pelas operações de redesconto: manejo de um sistema operacional composto pelos seguintes elementos:
 - a) Alteração de taxa de juros
 - b) Mudança de prazos
 - c) Fixação de limites de operação
 - d) Restrições quanto aos títulos redescontáveis

Quanto à sua aplicação:

- **Para estabilização, regulando liquidez da economia): em situações de recessão** – no curto prazo, para manter produção e emprego – a redução das taxas de juros, dilatação de prazos e limites operacionais e remoção das restrições quanto aos tipos de títulos redescontáveis podem elevar oferta monetária!
- **Para objetivos estruturais:** O redesconto assume caráter seletivo, refinanciando operações bancárias de longo prazo, com linhas para setores ou regiões específicos (fundos e programas especiais nos quais os títulos são redescontados, em geral a taxas de juros favorecidas)
 - *Exemplo de redesconto seletivo: agropecuária – financiamento para mecanização, conservação de solo;*
 - *Exemplo 2: setor exportador*

3) Operações de mercado aberto

- Compra e venda de títulos da dívida pública
- **Funcionamento:** na conjuntura de liquidez excessiva, emitem-se e injetam-se no mercado volumes grandes de títulos da dívida pública, retirando do sistema monetário, na exata proporção de títulos adquiridos pelos bancos e público, moeda que se encontrava em circulação – assim, contraem-se os meios de pagamento.
- **Como instrumento de política monetária:** diferencia-se do redesconto e taxa de reserva pela **alta flexibilidade e impacto de curtíssimo prazo!**

Aplicação como instrumento de política econômica

- Presta-se especificamente a objetivos de CP, relacionados à **estabilização**. Para:
 - Reduzir a liquidez, pode diminuir potencial de operações bancárias ativas, expansão da taxa de juros, refletindo sobre demanda efetiva no CP.
- **Quanto ao emprego**: via operações maciças de restrição da oferta monetária, pode limitar as possibilidades de expansão das empresas a CP. Isto se justifica em fases de aguda pressão inflacionária – medidas de saneamento

- Quanto aos **objetivos estruturais de longo prazo**: por intermédio dos *dealers* que operam no mercado de títulos da dívida pública, introduz-se no mercado primário obrigações emitidas pelo Tesouro Nacional, caracterizadas pelo longo prazo do resgate:
 - open market atuando como criador de liquidez para os títulos de LP, negociáveis no mercado secundário, destinados a financiar projetos de investimento (objetivos de crescimento)
- Este mecanismo viabiliza um dos mais importantes objetivos complementares das políticas de crescimento: **adequação da poupança ao processo de acumulação**

4) Controle e seleção do crédito e dos juros

- Regulamentações diretas do Banco Central para controlar o volume de crédito e os níveis das taxas de juros, e dirigir as operações de crédito de acordo com a política e a programação econômicas
- **Instrumento de P.E. rejeitado por alguns economistas monetaristas ortodoxos:** porque impõem restrições ao livre funcionamento das forças de mercado, nos diferentes segmentos da intermediação financeira.
 - Distorcem a eficiente alocação da capacidade de financiamento
 - Deve-se dar preferência a controles por vias indiretas sobre oferta de moeda e taxa de juros

i) Aplicação do crédito seletivo

- **Objetivos de crescimento:** direciona oferta de crédito para estimular setores de produção
- Crédito seletivo está vinculado ainda a **objetivos de melhor distribuição** espacial das atividades:
 - Faixas especiais para programas habitacionais e linhas de financiamento para pequenas empresas urbanas e rurais
- **Para estabilização:**
 - fixar taxas de expansão para crédito nas instituições financeiras para controle de pressão inflacionária;
 - liberação seletiva é um meio para conciliar continuidade de programas econômicos contracionistas com objetivos sociais de sustentação de empregos;
 - uso para promover equilíbrio nas transações externas por meio de liberação de faixas especiais para exportação e controle de operações de crédito para importação.

ii) Outras medidas de intervenção direta das autoridades monetárias

- Complementando o controle seletivo de crédito e a fixação de limites para operações ativas das instituições financeiras:
 - **Prazos:**
 - *Exemplo: redução dos prazos para pagamento do financiamento de importações de algodão na 2a. metade década 90*
 - **Custos:** *pela fixação de taxas de juros mínimas e máximas*
 - **Outras condições** de captação e aplicação de recursos

Fixação de juros com objetivos estruturais

- **Fixar juros para captar depósitos a prazo fixo:** geralmente vem de objetivos de **crescimento** em países em que as pressões de consumo podem dificultar a adequação da poupança à necessidade de acumulação.
 - Assim, mantendo sob controle a taxa de captação e fixando níveis discricionários para aplicações, pode-se atender a objetivos de LP, *penalizando financiamentos para consumo e favorecendo aplicações destinadas à modernização e ampliação da capacidade produtiva instalada.*
- Também usada para objetivos de **repartição**: fixar taxas favorecidas para programas de interesse social ou investimentos em regiões carentes.

INSTRUMENTOS CAMBIAIS

a. Administração da taxa cambial

- i. Valorização da moeda corrente
- ii. Desvalorização da moeda corrente

b. Fixação de taxas cambiais múltiplas e especiais

c. Controle das operações de câmbio

d. Instrumentos diretos de controle externo complementares – barreiras tarifárias e não-tarifárias.*

Emprego dos instrumentos cambiais

- Basicamente para objetivos de **curto e médio prazos** e relacionados às transações externas
- Objetivos de **crescimento e estabilização**: atendidos via regulação dos fluxos de importação e dos fluxos internacionais de capitais
- **Importância de instrumentos cambiais em relação aos fiscais e monetários**: dado pelo grau de abertura da economia ao setor externo e pela importância desse setor para o crescimento e estabilização domésticos.

a) Administração da taxa cambial

- Sem intervenção: a taxa de câmbio é determinada pelo livre mecanismo de oferta e procura de divisas estrangeiras conversíveis
 - **Teoricamente:** as taxas cambiais livres conduzem ao equilíbrio do BP, já comprovado se ignorar custos de transporte, considerar a inexistência de barreiras comerciais e admitindo-se padrões de produção e consumo sem alteração a médio prazo.

Administração da taxa cambial implica:

- Fixação pelas autoridades monetárias do preço, em moeda corrente nacional, das moedas estrangeiras conversíveis.
- Decisões sobre a paridade do poder de compra da moeda nacional em relação às divisas estrangeiras.
 - **Administração neutra**: mantém a paridade via alterações cambiais que apenas reflitam as diferenças entre as variações do valor da moeda nacional e da média ponderada das variações das moedas dos principais parceiros externos.
 - Sem efeitos positivos ou negativos sobre fluxos de comércio ou ingresso e saída de capitais
 - **Valorização ou desvalorização**: expansão de receitas cambiais, manutenção ou aumento de saldos de divisas etc.

b) Fixação de taxas múltiplas e especiais

- *Usada com a finalidade de estimular ou desestimular discricionariamente certos setores ou regiões da economia nacional ou certas categorias de transações externas.*
- **Como instrumento de P.E.:** atendem a objetivos de crescimento, de estabilização e de atenuação de desníveis econômicos internos.
- **Razões para adoção:** a) dificuldades sérias temporárias para equilibrar o B.P.; b) criar condições favoráveis, seletivamente, às metas estruturais de crescimento.
- **Tipos:** Sobretaxas aduaneiras e/ou depósitos prévios para importação (sobre bens ou serviços), alíquotas de imposto de renda diferenciadas para tributação de remessas de rendimentos
 - **FMI é contrário ao instrumento (devido a efeitos discricionários sobre a concorrência internacional); há dificuldades administrativas e técnicas**

c) Controle de operações de câmbio

- **Intervenção direta** das autoridades monetárias no mercado cambial pela imposição de limites às operações de compra e venda de divisas.
- **Instrumento alternativo** de política econômica, independente do sistema cambial adotado
- Associado ao objetivo complementar de manter **adequado saldo de reservas cambiais** têm-se ainda:
 - Restringir evasões, fugas e remessas de divisas para exterior
 - Limitar despesas cambiais com aquisições de bens e com serviços dispensáveis

Aplicação:

- Diante de dificuldades excepcionais para o equilíbrio do BP
- Diante de convulsões internas ou de instabilidade institucional para evitar evasão maciça de divisas.
 - Podem ser impostas sobre algumas categorias de despesas: viagens de turismo de residentes ao exterior, ou a todas as remessas de divisas; ou quando muito grave, até moratória rompendo compromissos de amortizar o endividamento externo, limitando-se ainda as remessas vinculadas às rendas de capitais (lucros e juros)
- Em geral, são meios coadjuvantes, principalmente quando o desequilíbrio é de fundo estrutural

Em períodos de grande dificuldade para equilibrar o BP, complementado por outros instrumentos de intervenção direta que restringem despesas cambiais:

- Proibição direta à importação, gerais ou seletivas, por países de origem ou categorias de bens
- Fixação de quotas de importação, discricionárias ou gerais
- Implantação de sistemas restritivos para obter licenças prévias de importação
- Imposição de restrições quanto à parcela de insumos importados no valor adicionado de certos setores
- Imposição de restrições de crédito para importações, viagens ao exterior e outras categorias de despesas cambiais
- Fixação de tarifas discricionárias de transporte
- Imposição de exigências adicionais para importações, quanto a embalagens, marcas, normas técnicas e padrões de qualidade.

INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO DIRETA

a) Regulação da atividade de produção

- i. Estabelecimento de cotas de produção
- ii. Regulação das operações e transações
- iii. Controle dos mecanismos e graus de concorrência

b) Fixação e controle dos preços dos produtos

- i. Preços mínimos de garantia
- ii. Tabelamento e fixação de tetos máximos

c) Regulação da remuneração dos fatores de produção

- i. Controle dos salários
- ii. Controle de outras remunerações

Descrição geral

- Para fins da política econômica e até, de forma ampla, de política pública.
- **Constituídos por leis, decretos, resoluções, atos administrativos, normas e deliberações oficiais**
 - Algumas expressam seu poder de polícia
 - Outras, ações complementares, à margem da instrumentação ortodoxa
- Varia de país a país, conforme grau de intervenção estatal na economia
- Classificação das medidas segundo áreas em que interferem

a) Regulação da atividade de produção

- Intervenção sobre atividades de produção visando a objetivos de P.E.
- Justificativas:
 - Direcionamento setorial do processo de crescimento
 - Melhoria da estrutura de distribuição de renda e riqueza entre regiões e grupos sociais
 - Restringir a possibilidade de ocorrência ou manutenção de instabilidade do emprego e dos preços.

i. Quotas de produção

- A partir das finalidades de sua adoção, observa-se sua ligação com os diferentes objetivos da P.E.:
 - Sustentação de preços
 - Sustentação de níveis de renda para produtores
 - Preservação da concorrência entre produtores
 - Proteção de empresas de menor porte
 - Preservação de reservas naturais
 - Proteção de atividades tradicionais e manutenção de mercados de trabalho em regiões de baixo nível de renda, ameaçadas por unidades de centros mais dinâmicos

Exemplos

1 – Setor sucroalcooleiro:

- Objetivo: crescimento, atenuação de desníveis regionais e preservação de empregos
- Setor: economia açucareira no Brasil – Nordeste x Sudeste
- Políticas: quotas de produção

2 – Exploração de reservas naturais e preservação do meio ambiente

- Controle dos regimes de sua exploração
- Para petróleo, gás natural, carvão, minerais metálicos – quotas de produção em países industrializados
 - Ex: Noruega

ii. Regulamentação das condições de produção e oferta de bens relevantes para comércio exterior

- Objetivos: manutenção ou melhoria dos padrões do consumo privado ou a preservação das condições de competição nos mercados externos.
 - **Exemplo:** setor cafeeiro – em diversos países; borracha na Malásia; lã no Uruguai;
- **Aspectos regulamentados:**
 - Regulamentação e fiscalização de trânsito do produto das fontes de produção para portos de exportação
 - Condições de armazenamento
 - Fixação de quotas de exportação (*quotas açúcar demerara para EUA*)
 - Fixação e defesa de preços, via maciças compras governamentais do bem
 - Promoção de pesquisas e experimentações, para barateamento dos custos de produção, aumento da produtividade das explorações e melhoria dos padrões de qualidade

iii. Instrumentos para preservar ou regular os mecanismos e os graus de concorrência

- Visa a reprimir abusos do poder econômico
 - **Exemplo:** leis antitruste e para controlar cartelização
- Alguns exemplos de mecanismos que prejudicam a concorrência:
 - Dominar os mercados nacionais ou eliminar total ou parcialmente a concorrência por alguns meios
 - Elevar preços sem justa causa, nos casos de monopólio natural ou com o objetivo de aumentar arbitrariamente os lucros sem aumentar a produção
 - Provocar condições monopolísticas ou especular abusivamente visando elevar preços

b) Fixação e controle de preços

- Diferentes formas de intervenção do governo sobre o sistema de preços:
 - **Via fixação e controle de preços mínimos:** objetivos de proteção e de crescimento;
 - **Via fixação de tabelas de preços:** objetivos de estabilização

i. Preços mínimos

- Geralmente ao setor agrícola, com três fins básicos:
 - Proteção de renda ao setor
 - Aumento da produção
 - Eliminação de riscos de preços enfrentados pelos produtores rurais
- Justificativas:
 - **De natureza conjuntural**: safras e entressafras; eventos climáticos
 - **De natureza estrutural**: em países industrializados – evolução tecnológica e científica – leva à redução de preços; em países menos desenvolvidos – necessidade de expandir fronteira agrícola e melhorar índices produtividade

ii. Preços máximos

- **Finalidades:**
 - Para amortecer pressões inflacionárias
 - Para controlar situações de fixação de preços que podem contrariar interesse público:
 - Em monopólios ou oligopólios
 - Em casos de bens essenciais; ou
 - Em casos que desequilibrem as forças de oferta e procura e conduzam à formação do chamado mercado vendedor!
- Via tabelamento
- Aplicação de controles diretos e indiscriminados; outros, permitem seletividade

c) Regulação da remuneração dos fatores

- **Sobre salários:** relevância na composição de custos de produção e na formação da renda nacional
- Depende das instituições responsáveis e dos objetivos de P.E.: diferentes formas de regulação
- **Objetivos para uso do instrumento:**
 - 1) **Objetivos de estabilização de preços e empregos:** imposição de restrições à expansão real dos salários

2) Objetivos de melhoria da estrutura de repartição da renda:

- fixação de salários mínimos;
- incorporação aos salários do aumento da produtividade e
- aplicação de taxas de reajustamento diferenciadas
- **Instrumentos e usos sobre outros componentes da renda:**

a) Fixação de normas para distribuir dividendos e a reaplicação de lucros: objetivos de repartição ou de crescimento

b) Fixação de taxas mínimas para distribuir dividendos: pode estimular mercado acionário, favorecer taxas de poupança e investimento ou promover objetivos ligados à melhoria da distribuição da renda e riqueza

c) Controle dos aluguéis: promover crescimento ou estabilização; liberando aluguéis estimula construção civil, expansão de emprego;

d) Fixação de limites para corrigir aluguéis: objetivos de estabilização ou de proteção de certos grupos sociais.

Para a próxima aula em 24 de abril, após prova (dia 17/04)

- 1) Discussão sobre Lei da Terceirização
- 2) Continuação da discussão do capítulo 6 - Rossetti